INCENTIVO FISCAL VERDE PARA O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE (RS): Um estudo de viabilidade econômica no âmbito do Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado- GSI

CARRETS, Fernanda Dachi (autora) fe.dachi@gmail.com
SILVEIRA, Leonel dos Santos (autor)
PONTES, Raquel Pereira (autora)
NORA, Márcio Barbosa (autor)
ABDALLAH, Patrízia Raggi (orientadora)

Evento: Encontro de Pós Graduação
Área do conhecimento: 6.03.00.00-0 – Economia:
Palavras-chave: Incentivos Fiscais Verdes; Viabilidade Econômica; Rio grande-RS

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de Incentivos Fiscais Verdes são de extrema importância na pauta da agenda do desenvolvimento sustentável mundial. No entanto, a adoção de medidas relacionadas às referidas políticas são todas de caráter afirmativo, dado o apelo das organizações mundiais à conscientização ambiental e ao uso racional dos recursos naturais escassos. O município costeiro de Rio Grande, RS, em suas características geoeconômicas possui vastos atributos para o desenvolvimento de políticas públicas de Incentivos Fiscais Verdes. Este estudo retrata a implementação de instrumentos econômicos consolidados na abordagem da economia verde, visando o engajamento dos atores sociais numa possível implementação da política pública de incentivos fiscais verdes no Município, considerando para análise os estágios do Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os planos de ações voltados ao desenvolvimento do município, e em específico, para as suas zonas costeiras, são de compromisso também dos atores locais, e estes planos, por sua vez, necessitam ser consistentes e condizentes com a política costeira nacional, utilizando como ferramenta básica as diretrizes do Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado (CICIN e KNECHT, 1998).

Neste sentido, estudiosos analisam conteúdos específicos, em direção à promoção de ações e estratégias para alcance dos processos de gestão de municípios em zonas costeiras. Asmus e Marroni (2013) destacam o papel dos municípios costeiros na construção de políticas públicas e processos de gestão, promovendo dessa forma, o desenvolvimento sustentável esperado. Também, de acordo com Ruiz (2003), as diferentes abrangências do espaço geográfico e da influência das tecnologias no cenário mundial afirmam as evidentes transformações geradas por estas na atividade política, social e nas relações econômicas da sociedade, fatos esses que devem de serem relevados nas propostas de gestão sustentável das regiões costeiras. Já Filho (2009), aponta para a necessidade de se criar condições e estratégias para que haja condições de se atingir certo nível de desenvolvimento endógeno sustentado através da coordenação de iniciativas locais. Enfatiza-se, assim, a participação da sociedade neste processo.

3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

A metodologia aplicada para o estudo é baseada no Ciclo do Gerenciamento

Costeiro Integrado (CICIN e KNECHT, 1998), como base para aplicação e análise de políticas de Incentivo Fiscal Verde. Para tanto neste trabalho toma-se como exemplo políticas já implementadas em outros municípios da federação, como o Incentivo Fiscal Verde implementado no município de Vila Velha – ES. Nesta política, é concedida a dedução no IPTU em até 50% do seu valor total. O desconto sobre o Imposto será concedido se requerido junto ao Município e comprovado o cumprimento das exigências técnicas mínimas. O ciclo se dá em seis etapas para o desenvolvimento de um programa de Gerenciamento Costeiro Integrado e é promovido entre os agentes econômicos e sociais do município do Rio grande - RS.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Os estágios do ciclo do gerenciamento costeiro integrado são essenciais no processo de ação e instauração de medidas direcionadas ao desenvolvimento sustentável. O engajamento social, institucional, político e cultural é fator decisivo para o fechamento do ciclo, o que o torna difícil de operacionalização, exigindo um esforço conjunto e, na maioria das vezes, de longo prazo, para atingir resultados efetivos de sustentabilidade e mudança de atitude quando ao uso e exploração de recursos naturais e ambientais. Neste estudo, em específico, são trabalhados como instrumentos econômicos as medidas de incentivo fiscal verde, sendo estas caracterizadas como afirmativas para a gestão das políticas de desenvolvimento sustentável e também, este instrumento tende a obter maior possibilidade de comprometimento na esfera municipal. Este trabalho se projeta num aprofundamento contínuo neste tema, como forma de propiciar aos gestores públicos bases analíticas para viabilizar, estimular e implementar políticas públicas de incentivos fiscais verdes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento e absorção da consciência verde, demandados pelas nações no mundo, advém, de fato, pela adoção de políticas públicas sustentáveis. Os benefícios econômicos oriundos de medidas de incentivo fiscal verde, provavelmente, somente poderão ser percebidos a longo prazo, e desta forma, necessitando de testes de aceitação, adaptação e mecanismos de análise para a formulação e reformulação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

CICIN-SAIN, B.; KNECHT, R. **Integrated coastal and ocean management: concepts and practices.** Island Press, Washington, D.C., p. 517, 1998.

CUNHA D.S.A. **Incentivos Fiscais Verdes e Tributação Extra Fiscal: um estudo sobre o IPTU Verde no município de Vila Velha (ES) comparativamente a outros municípios.** Dissertação de Mestrado. Disponível em:< www.fucape.br> Acesso em: 15 de abr 2015.

FILHO J.A. **Desenvolvimento Regional Endógeno em Um Ambiente Federalista.** Planejamento e Políticas Públicas, No 14 (1996). Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acesso em: 10 de mai 2015.

MARRONI E.V.; ASMUS M.L.; **Historical antecedents and local governance in the process of public policies building for coastal zone of Brazil.** Ocean & Coastal Management. ELSEVIER Review. 2013.

RUIZ R.M. **A Nova Geografia Econômica: UM BARCO COM A LANTERNA NA POPA?. 2003.** CEDEPLAR/FACE/UFMG